

CAPÍTULO 5

AVALIAÇÃO DO CONHECIMENTO DE ALUNOS DE ESCOLA PÚBLICA SOBRE RPPN NO CARIRI OCIDENTAL PARAIBANO

*FRAGOSO, Maria da Gloria Lopes¹; LACERDA, Aleckandra Vieira de²; CAMPOS, Azenate Campos³;
SILVA, Karlla Karem da⁴; LIMA, João Paulo Pereira de⁵; BARBOSA, Francisca Maria³*

¹CDSA/UFCG, glorinhafragso@hotmail.com; ² CDSA/UFCG, alecvieira@yahoo.com.br; ³PPGA/CCA/UFPB, azenatecampos@gmail.com; ⁴Biossistemas - CDSA/UFCG, carlacaren@hotmail.com; ⁵CDSA/UFCG, jplima1912@gmail.com; ⁶UFPB, fmariabarbosa@yahoo.com.br

5.1 INTRODUÇÃO

As Unidades de Conservação (UC) são áreas territoriais nas quais seus recursos são considerados de grande importância. Essa denominação é colocada pelo Poder Público o qual busca o objetivo de manter esses ambientes conservados e limites bem definidos, garantindo adequada proteção. São criadas com o objetivo principal de manter ambientes naturais com alto grau de conservação, impedindo a degradação e mantendo essas áreas ecologicamente estáveis para a manutenção da biodiversidade existente e para garantir os recursos naturais para as próximas gerações.

Considerando dados do MMA (2006) sobre o SNUC, as UCs são divididas em categorias de acordo com suas características e composição biológica em Unidades de Proteção integral e Unidades de Uso Sustentável. Na primeira, podem ser desempenhadas atividades indiretas, sendo compreendidas por: Estação ecológica, Reserva biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre. Para a segunda, uma parcela dos recursos pode ser utilizada de forma sustentável, e os grupos que constituem esta categoria são: Área de Proteção Ambiental; Área de Relevante Interesse Ecológico; Floresta Nacional; Reserva Extrativista; Reserva de Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável; Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN).

Nesses ambientes a atuação humana é restrita e controlada, garantindo assim a conservação da biodiversidade. Quando permitidas alterações nesses espaços, ocorre exclusivamente por meios legais. Em RPPNs são permitidas ações como pesquisas, visitas

educativas, sempre respeitando as limitações. A educação ambiental (EA) é uma das formas importantíssimas de se levar o conhecimento destas áreas à sociedade. A mesma assume cada vez mais uma função transformadora, na qual a co-responsabilização dos indivíduos torna-se um objetivo essencial para promover um novo tipo de desenvolvimento – o desenvolvimento sustentável (JACOB, 2003). Além disso, é uma das ferramentas existentes para a sensibilização e capacitação da população em geral sobre os problemas ambientais, em que busca desenvolver técnicas e métodos que venham a facilitar a conscientização sobre a gravidade dos problemas ambientais e a necessidade urgente de nos curvamos seriamente sobre eles (MARCATTO, 2002).

A EA deve ser um processo de formação dinâmico, permanente e participativo, no qual as pessoas envolvidas passem a ser agentes transformadores, participando ativamente da busca de alternativas para a redução de impactos ambientais e para o controle social do uso dos recursos naturais (MARCATTO, 2002). Ela é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal (CONAMA, 1999).

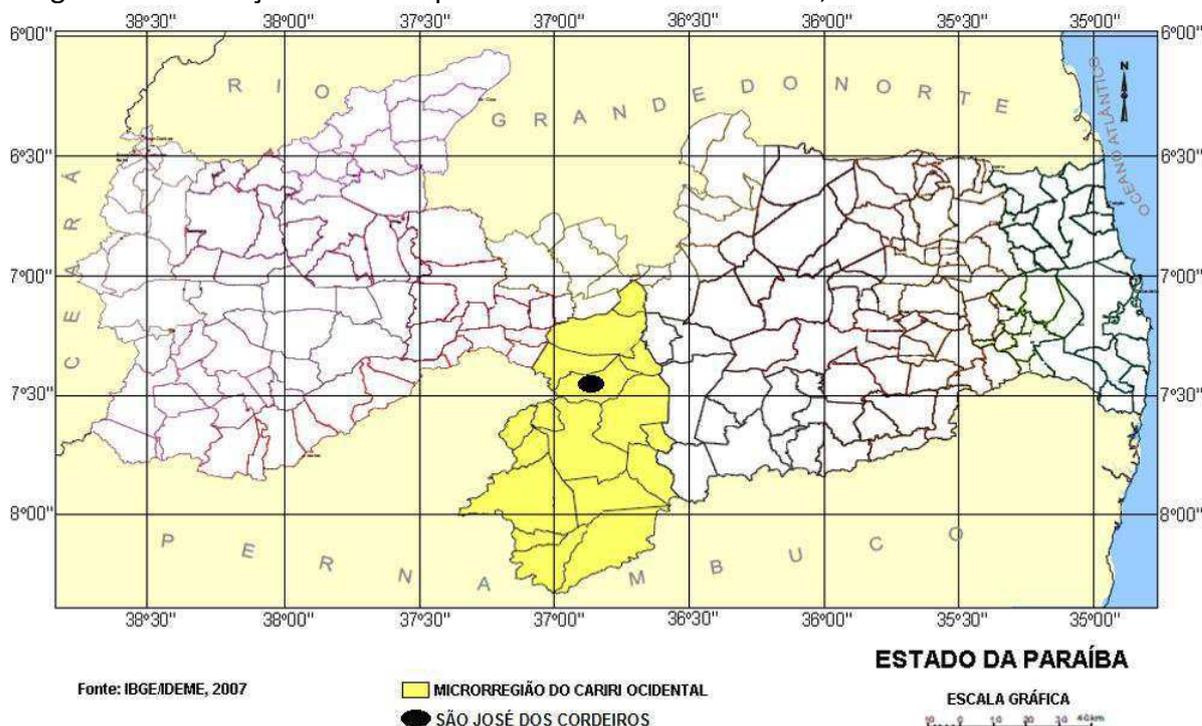
É fundamental o estabelecimento de políticas públicas que fortaleçam as escolas de educação básica em virtude da importância que estas exercem no processo de formação social, cultural, humana e ética da sociedade (ABÍLIO et al., 2010). A promoção da educação ambiental e de estratégias de integração com a população local e visitante no âmbito das UCs são ações fundamentais para que as mesmas exerçam as suas funções, pois o reconhecimento das atividades exercidas nestes espaços pela população e o incentivo ao seu envolvimento com trabalhos desenvolvidos no âmbito da UC pode contribuir para a preservação e manutenção destas áreas (PISSATTO; MERCK; GRACIOLI, 2012).

Objetivou-se com este trabalho analisar o nível de conhecimento de grupos de alunos de uma escola pública acerca de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) no Cariri Ocidental Paraibano.

5.2 MATERIAL E MÉTODOS

O trabalho foi realizado no Município de São José dos Cordeiros (Figura 1), localizado no Cariri Ocidental Paraibano. São José dos Cordeiros possui 3.749 habitantes distribuídos em 417,745 Km² (IBGE, 2010).

Figura 1. Localização do Município de São José dos Cordeiros, Cariri Ocidental Paraibano.



Neste município está localizada a maior parte de uma das principais Unidades de Conservação de Uso Sustentável do Bioma Caatinga - a RPPN Fazenda Almas, que possui aproximadamente 3.500ha. Uma pequena área desta Unidade localiza-se no Município de Sumé-PB.

A região na qual está inserida a RPPN é caracterizada por possuir os baixos índices pluviométricos e alto nível de degradação da vegetação natural. Esta Unidade é uma das poucas áreas intactas na região e é a quarta maior RPPN do Bioma Caatinga e a maior do estado da Paraíba (FUNBIO, 2013).

A zona urbana do município de São José dos Cordeiros conta com uma escola municipal, uma escola estadual e o centro educacional de jovens e adultos (CEJA). O ensino médio é lecionado apenas na escola estadual. A pesquisa foi realizada especificamente na E.E.E.F.M. Bartolomeu Maracajá, em maio de 2013, com todos os alunos do ensino médio - que totalizam 50.

Para a análise do conhecimento dos alunos sobre Unidades de Conservação e RPPNs, foi aplicado um questionário semiestruturado contendo as seguintes perguntas: I – Você conhece a RPPN Fazenda Almas?; II – O que é uma RPPN?; III – Quais as ações permitidas em áreas de RPPNs?; IV – Qual a importância da RPPN Fazenda Almas para o Cariri paraibano?

Cada pergunta continha quatro alternativas, sendo apenas uma a correta. Os dados foram tabulados no programa Excel 2013® e analisados mediante a geração de gráficos.

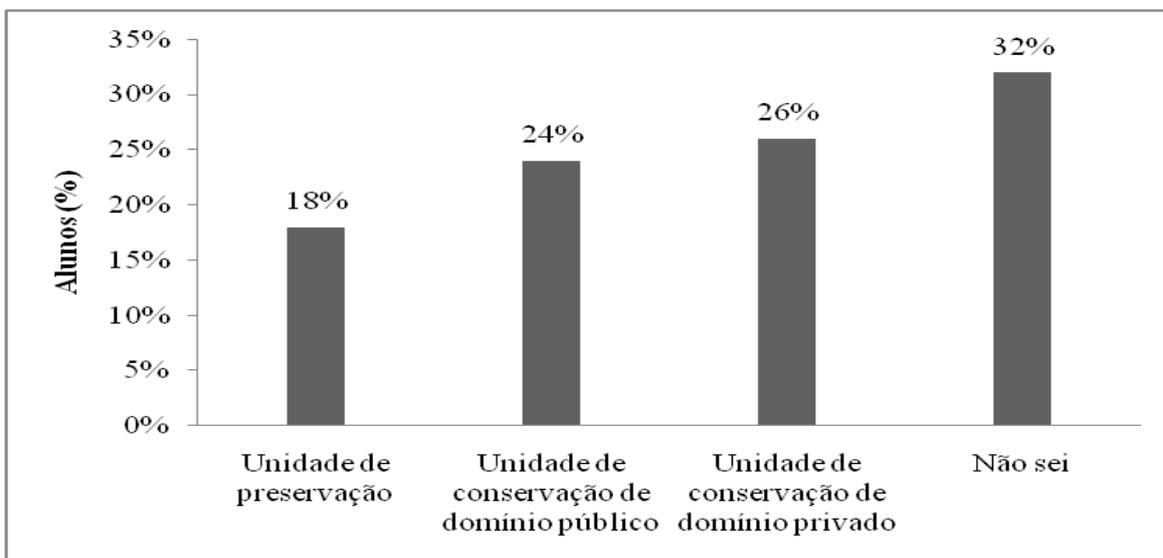
5.3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Município de São José dos Cordeiros é composto por apenas uma Escola de Ensino Médio a E.E.E.F.M. Bartolomeu Maracajá, a qual possui 50 alunos. Destes, a grande maioria não conhece a Reserva Particular do Patrimônio Natural Fazenda Almas, ou seja, 93,88%, entretanto, têm curiosidade de conhecê-la e apenas 6,12% já conhecem. Percebe-se que mesmo a RPPN Fazenda Almas pertencendo ao município que residem os alunos, não existe esse conhecimento entre os mesmos, o que deixa claro a importância de se fazer atividades de educação ambiental, levando esse conhecimento para os membros das escolas e comunidade.

Rempel et al. (2008), em duas das três escolas trabalhadas, coloca que a maioria dos pesquisados respondeu que nunca visitou a UC estudada, sendo com 64,52% e 68,49%, respectivamente. No trabalho de Nascimento e Almeida (2012), 93,67% dos alunos afirmaram ter interesse em conhecer mais sobre essa Unidade de Conservação na qual estão inseridos. O que se torna visível que mesmo as pessoas estando próximo dessas áreas o nível de conhecimento é bem baixo, sendo assim, deve-se investir em difusão de conhecimentos sobre o tema para população em geral.

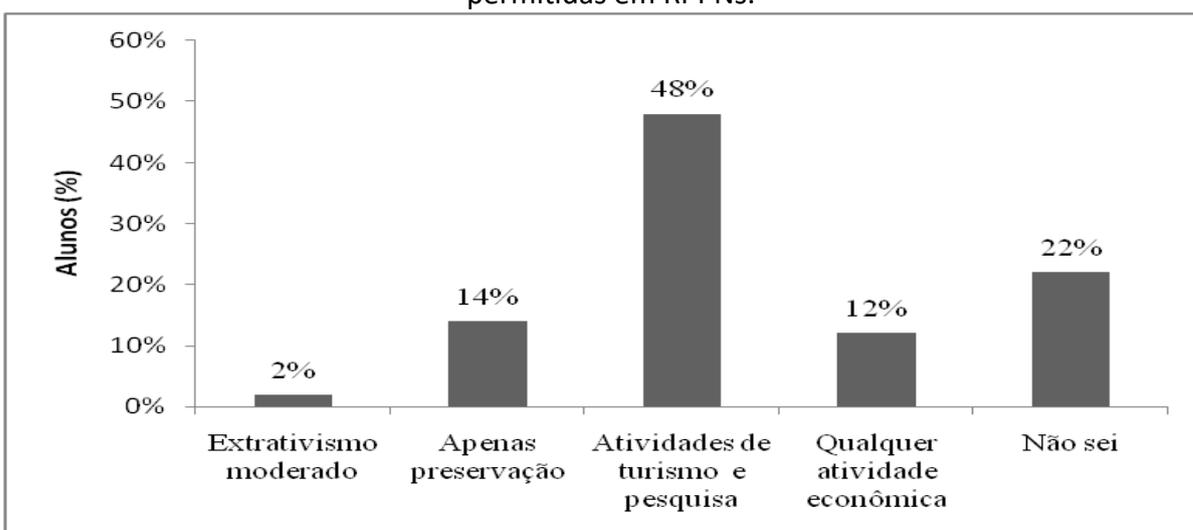
Questionados sobre o que é uma RPPN, 32% deles não sabem o que é, 26% afirmam que é uma unidade de conservação de domínio privado, enquanto 24% sabem que se trata de uma unidade de conservação, porém acreditam que seja de domínio público, e os últimos 18% responderam que era uma unidade de preservação (Figura 2). Embora o município seja sede da maior unidade de conservação da Paraíba, essas informações não foram fornecidas à população, mostrando, dessa maneira, a importância de se fazer educação ambiental nessas localidades.

Figura 2. Conhecimento dos alunos do Ensino médio da E.E.E.F.M. Bartolomeu Maracajá sobre RPPNs.



Quando perguntado quais seriam as ações permitidas em áreas de RPPNs, a maioria soube responder: 48% dos alunos afirmaram que eram permitidas atividades de turismo e pesquisa, 22% deles não souberam responder, 14% responderam que só era permitida a preservação, 12% falaram que poderia ser feita qualquer atividade econômica e 2% acham que o extrativismo moderado é uma atividade permitida (Figura 3).

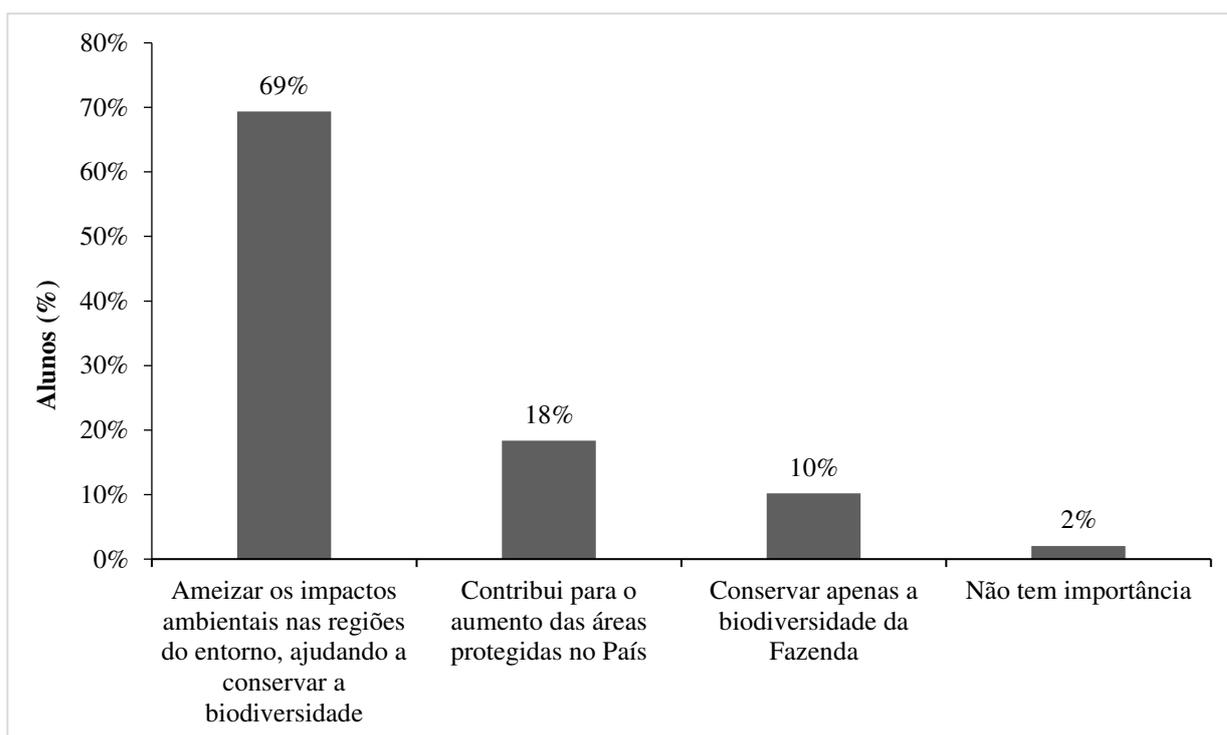
Figura 3. Conhecimento dos alunos da E.E.E.F.M. Bartolomeu Maracajá sobre atividades permitidas em RPPNs.



De acordo com resultado dessa questão, mesmo sendo pouco conhecedores sobre unidades de conservação, a grande maioria estão atualizados sobre as ações que são permitidas em uma RPPN.

Quando questionados sobre a importância da RPPN Fazenda Almas para o Cariri Paraibano, 69% responderam que seria para amenizar os impactos ambientais nas regiões do entorno, ajudando a conservar a biodiversidade, enquanto 18% acreditam que se conserva apenas a Biodiversidade da Fazenda, 10% afirmaram que apenas contribui para o aumento das áreas protegidas da região, e apenas 2% não atribuiu nenhuma importância (Figura 4). Observa-se que mesmo sem um conhecimento aprofundado, a grande maioria sabe que é importante a existência da RPPN Fazenda.

Figura 4. Percepção dos alunos do Ensino Médio de São José dos Cordeiros sobre a importância da RPPN Fazenda Almas para o Cariri Paraibano.



No trabalho realizado por Rempel et al. (2008) sobre a percepção dos alunos em relação à Unidade de Conservação Flona de Canela em Canela, estado do Rio Grande do Sul, a grande maioria que respondeu ao questionamento sobre a utilidade destacaram sua importância, as respostas foram bem diversificadas, incluindo desde

preservação/conservação/biodiversidade (16,84%), beleza cênica (12,79%) até bem-estar/qualidade de vida e saúde humana (12,12%).

Franco et al. (2012), ao analisarem a percepção ambiental com alunos de escola municipal localizada no entorno do Parque Estadual da Serra do Rola-Moça, em Belo Horizonte, observaram que em ambas as turmas obtiveram-se como maior importância do PESRM a biodiversidade presente nele; a segunda importância registrada foi o abastecimento de água na área em torno do Parque.

Relacionado aos trabalhos citados, independente do conhecimento específico de cada UC, os alunos estão cientes da importância da existência dessas áreas.

5.4 CONCLUSÕES

Portanto, tendo em vista a falta de informações dos alunos sobre Unidades de Conservação e, em especial a RPPN Fazenda Almas, mesmo sendo ela tão importante, é imprescindível a necessidades de se implantarem estratégias de educação ambiental, para assim evidenciar sua riqueza e importância para a região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABÍLIO, F. J. P.; FLORENTINO, H. S.; RUFFO, T. L. M. Educação Ambiental no Bioma Caatinga: formação continuada de professores de escolas públicas de São João do Cariri, Paraíba. Pesquisa em Educação Ambiental, vol. 5, n. 1 – pp. 171-193, 2010.

CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução nº 9.795/99. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. SMAS 1999.

FRANCO, A. R. et al. Estudo de percepção ambiental com Alunos de escola municipal localizada no Entorno do parque estadual da serra do Rola-moça. Ambiente & Educação, vol. 17(1), p. 155-175, 2012.

FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE (FUNBIO) (Brasil). Consolidação e Conservação da RPPN Fazenda Almas – Paraíba. 2013. Disponível em: <<http://www.funbio.org.br/diversas/consolidacao-e-conservacao-da-rppn-fazenda-almas-paraiba>>. Acesso em: 18 jun. 2014.

IBGE - Instituto Brasileiro de Pesquisa de Geografia e Estatística. IBGE Cidades 2010. Disponível em: